



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**TutPrv no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 125812 - MG (2020/0090342-7)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**REQUERENTE : IGOR GUILHERME MARCELINO DE SOUZA (PRESO)**  
**ADVOGADO : JAIR DE PAULA ALVES MARTINS - MG118532**  
**REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

### DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela provisória de urgência formulado por IGOR GUILHERME MARCELINO DE SOUZA contra a decisão de fls. 399-400, do Ministro Rogerio Schietti Cruz, que indeferiu o pedido de liminar, solicitou informações às instâncias de origem e concedeu vistas ao *parquet*.

Nas razões da petição, o requerente aduz que o pedido de liminar comporta reexame, uma vez "que presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, necessários à concessão *in limine* de liberdade provisória ao Requerente (CPP, art. 319)", e acresce (fl. 472):

Isso porque, incongruente permitir o uso de decisão-modelo ou de padrões de idos despóticos, lastreada em circunstâncias genéricas e impessoais, sem correlação com o fato delitivo, para comprovação dos pressupostos probatórios e requisitos cautelares da prisão preventiva (CPP, art. 312), por força do conjunto de princípios e regras constitucionais e processuais penais não contemplar nenhuma espécie de aprisionamento automático, decorrente do caráter abstrato do crime ou do ato processual praticado (CPP, art. 313, §2º), diante das características dos direitos limitados e instrumentalidade desta modalidade de prisão processual (CPP, art. 282, §6º), que, *vênia concessa*, não objetiva infligir punição àquele que sofre a sua decretação (CRFB, art. 5º, LVII).

Data *vênia*, diferente do asseverado na decisão monocrática de fls. 399/400, os fundamentos apresentados para justificar a decretação (fls. 107/110) e a manutenção (fls. 166/168, 199/203 e 335/339) da custódia cautelar, não atestam *in concreto* anormais riscos ao meio social e ao sistema de justiça criminal, face a postura colaborativa (princípio da cooperação intersubjetiva) e de boa-fé (CPC, art. 5º), do Requerente durante a fase inquisitorial (fls. 64/82) e judicial (fls. 143/ 146 e 187/198) e falta de explicitação maior pelas instâncias ordinárias dos riscos a ordem pública ou dos prejuízos a regularidade da instrução processual e a aplicação da lei penal, tendo em conta que não foram declinados dados que pudessem conduzir a conclusão de abalo a paz pública, comprometimento da credibilidade da justiça ou de que o Requerente, em liberdade, representasse algum risco que fizesse necessária a sua restrição no atual momento processual, uma vez

suposição especulativa do excepcional, do extravagante, não respalda a manutenção da custódia cautelar ante aos inúmeros precedentes desta Corte.

Pugna, assim, pelo "deferimento de tutela provisória incidental (RISTJ, art. 288), para substituir a prisão preventiva pelas medidas cautelares previstas no art. 319, I, II, III, IV, V e IX, do CPP" (fl. 473).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Conforme se infere dos autos, o pedido de liminar foi indeferido pelo Ministro Rogerio Schietti Cruz, em 20/4/2020 (fls. 399-400), e mantido o indeferimento com o desprovimento do pedido de reconsideração, conforme a decisão contida à fl. 416, em 28/4/2020.

Assim, por duas oportunidades, o relator do processo já indeferiu o pleito de concessão da liminar, a demonstrar a inadequação de que tal pedido seja reapreciado em regime de plantão, mormente diante da ausência de fato novo ou alteração fático-jurídica que legitime a reapreciação da anterior manifestação para autorizar a excepcional atuação desta Presidência.

Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela de urgência.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente